

#THEORYREVOLT
THEORYREVOLT.COM

THESES ON THEORY AND HISTORY

(PT) TESES SOBRE TEORIA E HISTÓRIA

WILD ON COLLECTIVE ©
MAY 2018*

* TRADUZIDO PARA O PORTUGUÊS
EM MAIO DE 2018, POR
ANDRE DE LEMOS FREIXO
(PROFESSOR DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE OURO PRETO E
PESQUISADOR DO NÚCLEO DE
ESTUDOS EM HISTÓRIA DA
HISTORIOGRAFIA E MODERNIDADE)
E JOÃO RODOLFO MUNHOZ OHARA
(BOLSISTA PNP/CAPES NA
UNIVERSIDADE ESTADUAL
PAULISTA – UNESP, CAMPUS
DE ASSIS).

ETHAN KLEINBERG
JOAN WALLACH SCOTT
GARY WILDER

**PRÓLOGO:
DEDICADO
À CLIIO,
MUSA
DA
HISTÓRIA**

Canta Clio, filha de Zeus, a fúria da Teoria
às violações em vosso nome.

Você, que contou a Hesíodo,
“Sabemos dizer falsidades que parecem verdadeiras
mas sabemos também, quando desejamos, expressar
coisas verdadeiras”.


Agora é a hora de proferir coisas verdadeiras, pois
a teoria foi desonrada em sua morada,
deslocada pelos impérios do empirismo,
do fetichismo dos arquivos, os ditames da disciplina,
a aplicação da ortodoxia, e o narrar histórias impotentes.

Sem Teoria, a História é nada além de contos,
celebrada pelos vitoriosos e moralistas, significando
nada além de si.

Sem Teoria, as operações de poder
e fontes de injustiça permanecem mistificadas,
impenetráveis a nós, mortais.

Nossas observações, quando limitadas à descrição,
nos equipam mal para o pensamento crítico de que tanto
precisamos, desesperadamente, para analisar estes
repositórios
de memória em vosso nome.

OH! Clio, clamamos ao vosso ouvido.
Ouça, por favor, nossos lamentos e fúria.
Com estas Teses sobre Teoria e História, honra-nos
a santificar nossa missão e comenda-nos
aos deuses.



SOBRE OS LIMITES DA HISTÓRIA DISCIPLINAR

- I.1** *A história acadêmica nunca conseguiu transcender às suas fundações no século XVIII como um empreendimento empirista. Com isso não nos referimos às abordagens ceticistas de David Hume, mas ao método científico intrinsecamente vinculado ao positivismo, aquilo que Horkheimer chamou de “moderno empirismo” e foi, posteriormente, adotado pelas ciências humanas. A história acadêmica permanece dedicada a este método de coleta de fatos com o fito de produzir interpretações, referenciando-as a contextos supostamente dados e organizando-as em narrativas cronológicas.*
- I.2** *A história acadêmica atualmente existente promove um essencialismo disciplinar fundado sobre o fetichismo metodológico. Trata aparências reificadas (isto é, imediatamente observáveis, preferencialmente evidências arquivísticas) como incorporações do real e contendo toda a verdade acerca das relações sociais, e avalia méritos acadêmicos com base em como este método empirista foi empregado da forma adequada. O campo tende a produzir mais acadêmicos do que pensadores(as), considerando-os eruditos em termos meramente tecnocráticos. Os(as) historiadores(as) geralmente escrevem para outros historiadores profissionais, prestando atenção especial às normas disciplinares e chaves de leitura de que dependem para o avanço na carreira. Essa mentalidade corporativa promove um ethos de “especialistas” especializados, operários(as) que instrumentalmente empregam sua “expertise” como prova de adesão e performance de seu status.*
- I.3** *A atual obsessão com a “metodologia” tem como premissa esta abordagem de tipo “operária”; o Hodós (caminho da Salvação)*

ou trilha para o conhecimento histórico é presumido como único e singular, e aqueles que se desviam deste são considerados perdidos para sempre. Essa ênfase metodológica estreita o caminho disciplinar da história, cegando pesquisadores(as) e leitores(as) às outras vias de acesso ao passado. Por outro lado, treinamento em teoria expõe a lógica, armadilhas e vantagens por trás da escolha de qualquer destes caminhos.

- I.4** *Por trás deste fetichismo do método existe uma filiação irrefletida ao “realismo ontológico”.* O compromisso com dados empíricos é central para esse tipo de epistemologia, que serve como um piso falso a sustentar a assertiva de que eventos pretéritos estão objetivamente disponíveis para descobertas, descrição e interpretação. Aqui a tautologia é evidente: a metodologia empirista permite o controle desse realismo enquanto o realismo assegura o sucesso da metodologia empirista.
- I.5** *A história, enquanto um campo, encoraja um sistema de disciplina ou punição.* Recompensam aqueles(as) cujas posições aparentam ser de ponta, mas apenas protegem suas apostas e organizam suas ideias ao redor de convenções medíocres, enquanto condenam aqueles(as) que ousam buscar novos territórios. Por “novos territórios” entendemos questões epistemologicamente alternativas, orientações, ou pontos iniciais, não novos temas ou tópicos. Os(as) disciplinados(as) são recompensados(as) pela guilda enquanto inovadores(as) são punidos(as). Em nenhum lugar esse processo disciplinar torna-se mais evidente do que o processo de revisão e publicação da Revista da Associação Americana de História (AHR). A disciplina é aplicada através do fazer de múltiplos pareceristas anônimos policiando seu território disciplinar e, então, congratulando a si mesmos e seus pares por sua objetividade científica e, por conseguinte, pela meritocracia envolvida no processo. O efeito sufocante deste processo leva a artigos que podem até ser vastos, em termos alcance temático ou mesmo geográfico, mas são impressionantemente homogêneos em termos de abordagens teóricas e metodológicas. Empregar um número alto de revisores cria um verniz democrático de meritocracia enquanto patrocina ainda mais poder aos Editores que, então, se tornam aptos a selecionar entre muitas opiniões aquelas que deverão ser publicadas. Isso inevitavelmente contribui para que os(as) autores(as) amenizem seus

argumentos e deem passos atrás na tentativa de aplacar audiências potencialmente maiores e produzir o mínimo mal-estar possível. Apenas aquilo que já é tipicamente familiar encontra seu caminho nas páginas da Revista. Esta e outras revistas disciplinares trabalham tipicamente na reprodução do senso comum profissional, reafirmando uma solidariedade de guilda e reproduzindo as fronteiras entre insiders e outsiders.

- I.6** O Editor da AHR anunciou recentemente um plano para “decolonizar” a revista — para corrigir “décadas de práticas excludentes, nas quais mulheres, pessoas de cor, imigrantes e populações originárias e coloniais foram efetivamente silenciadas enquanto produtores de conhecimento e sujeitos dos estudos históricos.” Promete fazê-lo diversificando comitês editoriais, os(as) autores(as) de livros a serem resenhados e as escolhas para revisores(as). Ainda clama que os artigos venham de um grupo mais diversificado de acadêmicos(as). Estas reformas são muitíssimo bem-vindas e já chegam bastante atrasadas. No entanto, ele também observa que “os procedimentos de avaliação de artigos submetidos” não serão revisados, pois os “processos de avaliação cega por pares” já existentes são “altamente democráticos.” Ao situar, fundamentalmente, as províncias e colônias na seção de resenhas, os editores, portanto, assumem que os artigos principais permanecerão sob firme controle imperialista. O Editor não reconhece que decolonizar a Revista deve compreender também uma reformulação das normas acadêmicas e formas de conhecimento que permitiram o tipo de exclusões que a AHR tornou possíveis e dos quais já participa há muito tempo. Ao focar exclusivamente autores(as) sociologicamente diversificados(as) e tópicos geograficamente variados, a metodologia empirista e o realismo epistemológico ainda permanecerão intocados como o inquestionável chão sobre o qual a disciplina se sustenta. Novamente, a hegemonia existente será mantida por um aparente chamado à diversidade, que visa muito mais à cooptação do que a transformação. *O campo e a Revista somente poderão ser decolonizados a partir de uma radical reimaginação dos usos e aplicabilidades da teoria para a história.*
- I.7** *Dado que historiadores(as) analisam (o caráter mutável e dinâmico de) formações sociais, relações, experiências e sentidos, eles(elas) simplesmente não podem produzir conhecimento sem o sólido apoio*

de teorias críticas (tanto faz se semiótica, psicanalítica, marxista, hermenêutica, fenomenológica, estruturalista, pós-estruturalista, feminista, pós-colonial, queer etc.), assim como sem uma compreensão da história do conhecimento histórico e da teoria da história (teorias que fundamentam análises históricas). Apenas assim podemos transcender a falsa oposição entre história e teoria, ao produzirmos história teoricamente orientada e teoria historicamente fundamentada. Poucos departamentos de história possuem setores efetivamente dedicados à teoria da história ou teoria crítica, ao contrário, dependem de cursos ocasionais de professores com algum interesse no campo, ou àquelas figuras estranhas ao seu próprio departamento a quem se costuma endereçar os(as) alunos(as). Isso rebaixa a teoria à uma periferia do “real” trabalho da história, mas também disciplina os(as) estudantes a considerar a teoria como um exercício suplementar, e não uma parte integrante dos modos de pensar e escrever históricos.

I.8 *A abordagem normal (e normalizadora) da história diante do treinamento doutoral revela (e reforça) sua orientação antiteórica e irreflexiva. Componentes centrais em geral se fazem presentes em cursos de historiografia e seminários de pesquisa. O primeiro tipicamente se concentra em reunir um corpus de trabalhos significantes em um subcampo específico no qual estudantes encontram informação (aprendendo as narrativas mestras); dominar com maestria tópicos espaçotemporais (que será avaliada em exames específicos); e a técnica (o emprego mais ou menos bem-sucedido de métodos históricos normativos, que poderão ser utilizados ou modificados pelas pesquisas dos próprios estudantes). Seminários de pesquisa doutoral em geral sobrecarregam jovens estudantes com a escrita de ensaios publicáveis baseados em materiais inéditos de primeira mão, como se “fazer história” fosse uma atividade técnica autoevidente e estudantes precisassem simplesmente desenvolver os hábitos metodológicos de reunir evidências factuais a serem contextualizadas e narradas. Embora cursos temáticos ou teóricos estejam disponíveis (conceitos como gênero —ou qualquer outro— servem como meros adereços ao modelo dos historiadores) sendo raro exigirem de estudantes em nível de doutorado em história o estudo efetivo e aprofundado da história “da história” como forma de conhecimento, a epistemologia das ciências humanas, ou teoria crítica.*

I.9 *A história disciplinar em geral coloca entre parênteses a reflexão sobre suas próprias condições de possibilidade: isto é, sobre o que conta como evidência, como métodos podem prefigurar como tais evidências podem se tornar argumentos legíveis e válidos, como essa validade implica pressupostos sobre ordem social e transformação histórica; sobre a relação entre formas sociais e formas de conhecimento, modos aceitáveis de relacionamento e caminhos aceitáveis de conhecimento, ordens normativas e conceitos normalizantes; sobre campos sociopolíticos que inevitavelmente moldam e, portanto, sobredeterminam as orientações intelectuais, profissionais, e institucionais dos(as) historiadores(as), bem como suas prioridades e hierarquias. Essas normas de treinamento e publicação reforçam a tendência disciplinar da história de separar artificialmente os dados da teoria, os fatos dos conceitos, a pesquisa do pensamento. Isso leva a “teoria” a ser reificada como um conjunto de ferramentas pré-fabricadas que podem ser aplicadas aos dados.*

I.10 *Instrumentais teóricos e conceituais que não se enquadram no realismo epistemológico da história disciplinar, e sua metodologia empirista, são geralmente empurrados para o gueto da história “intelectual” —e encerrados lá—, no qual com frequência relacionam ideias e sociedade de maneiras que confirmam, mais do que deslocam, os pressupostos convencionais da disciplina. Por si só, a história intelectual não é mais competente para levantar questões reflexivas sobre epistemologia histórica e normas historiográficas do que os demais subcampos da profissão. Historiadores intelectuais que pensam de modo heterogêneo (por exemplo: pós-estruturalismo, psicanálise, marxismo etc.) descrevem as ideias, mas raramente empregam tais teorias como pontos de partida, métodos, ou instrumental para suas próprias análises históricas.*

I.11 *A pré-ocupação antiteórica da história com fatos empíricos e argumentos realistas, entretanto, pressupõe um conjunto de prerrogativas teóricas espaçotemporais, intenção e agência, proximidade e causalidade, contexto e cronologia. Estas contribuem, ainda que não intencionalmente, para o reforço do status quo político e acadêmico.*

SOBRE A RESISTÊNCIA À TEORIA

A resistência da história à teoria tem tomado várias formas:

- II.1** *Uma detestável distinção entre uma filosofia feminizada e uma história masculinizada.* Assim, a filosofia é ridicularizada como uma dança frívola com a “teoria francesa chique”, enquanto a história é elogiada por seu sólido trabalho duro. Lembre-se daquela imagem do historiador real escalando os 100 degraus dos arquivos de Lyon (como tantos peregrinos penitentes antes dele) em busca dos fatos. A filosofia é denunciada como especulativa (F); a história é reverenciada como objetiva (M). O “sonho nobre” de uma ciência pura (M) nunca abandonou a disciplina: antes, centeio mofado era oferecido para explicar o fervor revolucionário francês; hoje, a “ciência” histórica toma a forma de testes de DNA em ossos antigos ou da aplicação da neurociência às *mentalités*.
- II.2** *A naturalização da história* como algo que está lá fora, esperando para ser descoberta; a recuperação dos mortos como uma maneira certa de conhecer os vivos. A história como narrativa que nos conta, ao invés da narrativa que contamos sobre nós.
- II.3** *Tematização i.* A teoria como mais uma virada (errada) no caleidoscópio sempre em movimento da investigação histórica. A atratividade da teoria é considerada como um estágio aberrante na história intelectual da disciplina felizmente superado, substituído por um retorno à observação mais solidamente fundamentada.
- II.4** *Tematização ii.* Os objetos da investigação teórica são eles mesmos tematizados. Assim, por exemplo, as investigações epistemológicas radicais de Foucault se tornam apenas outro estudo empírico de prisões, clínicas ou práticas sexuais. E as diferenças entre a “minha” prisão e a de Foucault se tornam uma demonstração dos erros dele em seus caminhos teóricos.

- II.5** *Recuperação, uma variedade de tematização.* Uma inclusão gestual que parece acolher a teoria (geralmente oferecida no prefácio, na introdução ou nas notas de rodapé de um estudo empírico), apenas para ignorar suas implicações no trabalho a seguir. Assim, desconstrução se torna um sinônimo de interpretação em histórias intelectuais convencionais, o Marxismo é reduzido ao determinismo econômico ou à aplicação da “classe” aos estudos de comunidades locais, e “gênero” reproduz a distinção entre sexo e gênero ou a fixidez da oposição M/F da mesma maneira em todos os lugares onde se diz ocorrer.
- II.6** *A dispensa da teoria i.* Neste caso, as teorias estruturalistas ou pós-estruturalistas enquanto perigosos relativismos: ao interrogar a relação entre linguagem e realidade, diz-se que a teoria compromete a busca necessária por verdades consideradas autoevidentes.
- II.7** *A dispensa da teoria ii.* A acusação de que a teoria—qualquer teoria—envolve a imposição distorcida de categorias ideológicas fixas sobre fatos autoevidentes. Como o incentivo de certos críticos literários às “leituras superficiais” essa acusação de distorção entra em contradição ao apelo não problemático desses mesmos estudiosos (tanto historiadores como críticos literários) às assim chamadas categorias analíticas objetivas: classe, raça, gênero e diagnósticos psicanalíticos (complexo de Édipo, romance familiar, etc. etc.).
- II.8** *Desprezo pelos caprichos da linguagem* e uma insistência, ao contrário, no sentido literal (do “senso comum”) das palavras.



SOBRE TEORIA E HISTÓRIA CRÍTICA

III.1 *A História crítica é a história teorizada.* Ela não trata a “teoria” como um corpus textual ou um conjunto de conhecimentos isolados. Nem trata a teoria como uma forma separada e aistórica de conhecimento. Ao contrário, ela considera a teoria como uma prática mundana (e artefato histórico). A questão não é que historiadores se tornem teóricos; a teoria pela teoria é uma ideia tão falida quanto a de que fatos podem “falar por si mesmos”. A questão é a história superar a sua mentalidade de guilda (essencialismo disciplinar) e sua metodologia empirista (fetichismo metodológico)—interrogar suas premissas de “senso comum” sobre evidência e realidade, subjetividade e agência humana, contexto e causalidade, cronologia e temporalidade. Isso requer engajamento sério com teorias críticas do Eu (Self), da sociedade e da história.

III.2 *A história crítica não aplica teoria à história, nem pede por maior integração da teoria nos trabalhos históricos como que vinda de fora. Ao contrário, ela busca produzir história teoricamente orientada e teoria historicamente fundamentada.* A história crítica trata seriamente os arranjos, processos e forças não-contíguas e não-aproximadas, sejam eles estruturas sociais, simbólicas ou psíquicas; campos e relações; ou “causas” que possam ser separadas de seus “efeitos” por continentes ou séculos. A história crítica reflete sobre suas próprias condições históricas e sociais de possibilidade. Especifica suas premissas, orientações e as implicações teóricas dos seus argumentos. Elabora os riscos mundanos de sua intervenção.

III.3 *A história crítica questiona e historiciza a epistemologia realista subjacente ao empirismo histórico e ao racionalismo filosófico.* Reconhece que a história indutiva é apenas o outro lado da

filosofia dedutiva a que a história profissional, desde o começo, se opôs. Ambas, ainda que de maneiras diferentes, separam ser e saber, mundo e pensamento, verdade e história. Nenhuma delas questiona a relação subjacente entre realidade social e as estruturas, categorias, métodos e epistemologias (socialmente produzidos, historicamente específicos) através dos quais se compreende tal realidade (seja indutivamente, seja dedutivamente). A história crítica visa algo além das falsas oposições entre indução empirista e dedução racionalista e entre a descrição historicista e a abstração transistórica.

III.4 *A história crítica reconhece todos os “fatos” como estando sempre, já, mediados, as categorias como sociais e os conceitos como históricos; a teoria é mundana e conceitos fazem trabalho mundano.* Contanto que “fatos” sejam equiparados com “verdade”, os(as) historiadores(as) empregam uma contradição lógica, porque tanto a lógica indutiva quanto a dedutiva empregadas implicam um conceito permanente e imutável de “verdade” que é antitético às premissas até mesmo das concepções mais conservadoras de história: mudança ao longo do tempo. Treinamento em teoria e história crítica permite que historiadores(as) reconheçam essa contradição. Isso, então, força a confrontar a maneira pela qual aquilo que constituem os “fatos” em um argumento histórico esteja ligado às condições sociais, às circunstâncias do historiador e a enorme variedade de questões aceitáveis feitas sobre o passado em qualquer momento no tempo.

III.5 *A história crítica que reconhece toda referência a contextos (enquanto índices de significado) é, em si mesma, um argumento sobre relações e arranjos sociais que não pode ser presumido e que deve ser elaborado.* O contexto nunca é absolutamente um dado, nem autoevidente; o contexto sempre levanta tantas questões quantas parece resolver.

III.6 *Historiadores(as) críticos(as) são autorreflexivos(as); eles(elas) reconhecem que estão psíquica, epistemológica, ética e politicamente implicados(as) em seus objetos de estudo:*

- a. *psiquicamente*, os(as) historiadores(as) deveriam reconhecer e tentar perlaborar com as cargas subconscientes nos

seus materiais, em vez de simplesmente denegá-las;

- b. *epistemologicamente*, podem haver relações estruturais profundas entre os conceitos analíticos (socialmente produzidos), enquadramentos e métodos usados por(pelas) historiadores(as) e o mundo social analisado; todo trabalho de história implica ou promove uma compreensão particular de relações sociais e da transformação histórica;
- c. *eticamente*, os(as) historiadores(as) têm uma responsabilidade com os—e, de certa maneira, prestam contas aos—atores e ideias sob análise, assim como seus legados e sobrevida;
- d. *politicamente*, trabalhos de história são atos mundanos que afirmam ou questionam entendimentos do senso comum e os arranjos existentes, abordando contradições sociais e se envolvendo em disputas ainda em andamento, seja implícita ou explicitamente.

III.7 *A história crítica é uma história do presente que liga o passado ao presente de maneira dinâmica, reconhecendo tanto o caráter persistente ou repetitivo do passado no presente quanto o caráter não-necessário de passados presentes e presentes passados—seja através de linhas genealógicas, retornos misteriosos, vestígios que assombram e forças espectrais ou contradições assíncronas dentro de um agora intempestivo.*

III.8 *A história crítica busca não apenas explicar, e, portanto, desnaturalizar, arranjos realmente existentes. Ela busca desafiar a própria lógica de passado e presente, agora e então, aqui e ali, nós e eles, sobre a qual dependem amplamente tanto a história disciplinar quanto a ordem social real.*

III.9 *A história crítica busca intervir em debates públicos e disputas políticas. Mas em vez de buscar colaborar com o poder enquanto experts especializados(as), ela questiona a redução do pensamento ao conhecimento acadêmico, de acadêmicos à especialização e a própria ideia do governo dos(as) experts.*

III.10 *A história crítica visa compreender o mundo existente para questionar os dados do nosso presente, criando aberturas para outros mundos possíveis.*



Se pensarmos o(a) historiador(a) como alguém semelhante ao intérprete de sonhos, veremos que aqueles que buscam o sentido literal do sonho, ao apresentá-lo de maneira cronológica, realista e autoevidente, serão reconhecidos(as) e recompensados(as). Mas aqueles cujas investigações levam para o misterioso núcleo do sonho, o lugar aonde as narrativas e a interpretação deixam de fazer um sentido convencional, estes serão ignorados(as) ou dispensados(as). O perigo de uma guilda tão altamente disciplinada é que a organização do sentido só permite uma faixa muito estreita de interpretação, sempre alinhada com o que veio antes, com o que já “faz sentido” (em essência, ao senso comum). Estruturas de temporalidade, política ou mesmo identidade, que não estão em conformidade com as convenções são descartadas ou absolutamente invisibilizadas. *O(a) historiador(a) equipado(a) com uma formação teórica estará em sintonia com o núcleo do sonho, com os lugares onde a história “faz” e “não faz sentido”, e essa será abertura para as inovações interpretativas e políticas.*